

PLANO DE GOVERNO PSOL 2020

Por uma Cajamar Economicamente Viável, Socialmente Justa e Ambientalmente Sustentável

Cajamar, agosto de 2020

APRESENTAÇÃO

☼ É com muito orgulho que O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresenta o Programa de Governo das candidaturas do Professor Laerte Fedrigo para Prefeito e de Doutor Alex Sandro Alves e Silva para Vice-Prefeito da cidade de Cajamar. Traz as diretrizes, os projetos e os valores para governar. Apresenta propostas e soluções para os problemas imediatos e indica caminhos do futuro. Expressa como a cidade deve se desenvolver do ponto de vista econômico, social e ambiental e propõe um governo ousado, resgatando a importância do planejamento, com o objetivo de iniciar um novo ciclo na história política e administrativa da cidade.

☼ Em um contexto de desconfiança para com os políticos, defender uma forma diferente de se relacionar com a sociedade e de administrar o patrimônio e os serviços públicos é algo desafiador. Por acreditar no poder transformador da política, faremos frente a este desafio, para debater com o eleitorado as propostas para uma gestão aberta ao diálogo e à participação; uma gestão inovadora, atenta aos problemas urbanísticos e ambientais e sensível às desigualdades sociais.

☼ A análise dos principais indicadores de Cajamar mostra que se trata de uma cidade contraditória e desigual. Sede de grandes empresas, Cajamar está entre as 11 cidades mais ricas do Brasil em termos de PIB per capita, o que lhe garante uma situação confortável no que diz respeito ao orçamento público, o terceiro maior da região em termos per capita. Em que pese o crescimento econômico da cidade, a distribuição da riqueza e sua condição socio-territorial continuam padecendo dos mesmos males, concentrando bolsões de riqueza e pobreza, agravados por problemas de infraestrutura e ambientais.

☼ A despeito das rupturas e afastamentos políticos, constatamos a reprodução de uma forma de gestão perpassada pela mesmice administrativa, incapaz de responder a problemas há muito sentidos por seus moradores e munícipes. Na gestão municipal, tornam-se marcantes os descuidos com a educação, com a saúde e com o transporte público; o aprofundamento dos gargalos na mobilidade urbana e a deterioração de espaços públicos; os problemas habitacionais e ambientais; a indiferença em relação à segurança pública e a transparência e a participação popular nas decisões de governo. A administração pública não implementa uma política de desenvolvimento capaz de focar as necessidades específicas de cada bairro, com vistas a mitigar as fortes desigualdades existentes.

☼ Cajamar precisa mudar e os cajamarenses querem mudança. Trata-se de uma cidade com grande potencial de desenvolvimento, pela sua pujança, localização e disponibilidade de áreas para habitação, parques empresariais e de lazer. Dados os desequilíbrios e as desigualdades existentes, Cajamar só poderá caminhar de forma esperançosa para o futuro se eleger representantes comprometidos com políticas públicas, fortemente orientadas para a inclusão social e para a redução drástica das desigualdades, pautados pela ética, responsabilidade e compromisso socioambiental. Para que Cajamar se torne uma cidade do bem-estar e do bem-viver é preciso reduzir as desigualdades na distribuição da renda e no acesso a moradia e aos serviços públicos, que sintetizam as desigualdades territoriais.

☼ Para que Cajamar tenha um futuro reconhecível, é preciso articular os aspectos econômico, social, ambiental, cultural e ético. Somente sob a direção e a coordenação do poder público este processo poderá alcançar êxito. Por isso, a questão política da escolha de um prefeito com valores e compromissos, que orientem uma visão de futuro, torna-se crucial. Ao apresentar o Professor Laerte Fedrigo e Doutor Alex Sandro Alves e Silva para a disputa majoritária em Cajamar, o PSOL fornece quadros preparados para apresentar e debater publicamente um Programa de Governo para uma Cajamar economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, que aprofunde a democracia e a participação popular e que enfrente os problemas urbanos da cidade.

☼ Este documento, a ser discutido e ampliado, apresenta as diretrizes de governo municipal. A construção deste Programa foi orientada pela convicção de que só a participação democrática será capaz de enfrentar os graves problemas que a cidade de Cajamar apresenta. O que buscamos construir com este Programa foi uma concepção de cidade que debateremos com toda a sociedade nestas eleições e que construiremos juntos, de forma democrática no governo, a partir da vitória do Professor Laerte Fedrigo e de Doutor Alex Sandro Alves e Silva e das forças políticas e sociais que apoiam a

sua candidatura.

EIXO 1 - POLÍTICAS SOCIAIS E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

1. Educação

A educação é fator estratégico para a formação das pessoas e para o desenvolvimento inovador e sustentável. É pela educação que as pessoas melhoram suas vidas e de toda sua comunidade. O acesso a uma escola de qualidade é um direito de todos e obrigação do Estado em prover de forma adequada, integrada às novas formas de comunicação e informação. Uma escola que seja um centro irradiador das diferentes culturas presentes no seu interior e capaz de ampliar as oportunidades para os cidadãos e cidadãs que a frequentam. Apesar do seu potencial tributário, a cidade de Cajamar não apresenta bons indicadores no que diz respeito à educação.

A rede municipal de educação de Cajamar é composta por 37 escolas, sendo 19 de Educação Infantil e 18 de Ensino Fundamental. Temos ainda 3 escolas particulares de educação infantil regularizadas e 6 escolas estaduais sendo uma ETEC, 2 de ensino Integral e 3 de Ensino Médio. Na **Educação Infantil** (até 5 anos), consta-se que há poucas vagas oferecidas na rede pública para crianças de 0 a 1 ano, para aquelas de 1 a 3 anos (creches), a fila de espera é grande e uma parte das crianças estão matriculadas em escolas particulares não regularizadas ou em processo de regularização. Com relação às crianças de 4 e 5 anos a situação é melhor, mas como não estão sendo construídas escolas, tem o problema de superlotação nas salas de aula. O quadro não é muito diferente no que diz respeito ao **Ensino Fundamental** (de 6 a 14 anos), já que há o problema de superlotação, com 46 alunos ou mais por sala, quando o ideal seria 30-35. Soma-se o fato que muitos espaços didáticos-pedagógicos foram transformados em salas de aula. No **Ensino Médio**, (de 15 a 17 anos), hoje oferecido pelas escolas estaduais, incluindo a ETEC, a taxa de distorção idade-série não vem sendo corrigida e ao invés de reduzir, há indícios de que está aumentando, o que indica a necessidade da realização de uma metodologia de busca para alunos que estão fora da escola. O fato é que Cajamar tem uma média de 10.500 estudantes que frequentam o ensino fundamental, número este cai para 3.300 no ensino médio e para 1.800 no ensino superior. Ou seja, menos de 30% dos estudantes que frequentam o ensino fundamental progredem para o ensino médio e menos de 50% destes últimos vão para a faculdade. Para mudar este cenário, além de retomar o processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), como política pública efetiva na cidade, nosso governo terá como **metas**:

☀ **Resgatar a dimensão humana e cidadã da Educação.** Educação não é mercadoria: é dever do Estado e direito de todos e todas desde a primeira infância. É preciso resgatar a dimensão humana e cidadã da Educação, em contraposição ao caráter gerencialista e mercadológico que tem prevalecido nas administrações municipais. A rede educacional do município tem de valorizar a vida em toda a sua pluralidade, propondo a troca de saberes entre todos os sujeitos da comunidade escolar. Além de garantir a autonomia escolar estabelecida no Art. 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, propomos valorizar e fortalecer a construção coletiva, participativa e democrática dos projetos político-pedagógicos. Contraopondo-nos ao avanço do conservadorismo e da intolerância que reduzem o espaço do diálogo democrático e remontam a períodos sombrios de nossa História, reforçaremos o papel da escola como espaço de debate franco e livre de ideias, de crescimento social, cultural e acadêmico, em defesa da educação crítica e transformadora, que combata o racismo, a homofobia e o machismo.

☀ **Educação, inclusão e diversidade.** Em consonância com o que estabelece a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), entendemos que a educação inclusiva é aquela que valoriza as diferenças, tendo como pressuposto o direito inalienável de todos os estudantes ao acesso, a permanência e a aprendizagem, qualquer que seja sua nacionalidade, seu credo, etnia ou raça, condição econômica, social ou cultural, orientação sexual, gênero, idade, condições físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais. Defendemos, portanto, investir no aprimoramento das condições de acesso e permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, de forma a tornar o sistema educacional acolhedor e

responsável para a garantia do direito à educação, contemplando a construção de uma política pública consistente, sistemática e permanente de educação em direitos humanos para reverter a naturalização da violência e as práticas cotidianas de preconceito e discriminação e eliminar toda discriminação ou barreira que impeçam o acesso, permanência ou aprendizado de qualquer estudante; efetivar o ensino de História e Cultura da África, dos Afrobrasileiros e dos Povos Indígenas com base na Lei 11.645/2008 e do Parecer CNE/CP 003/2004; lançar mão de tecnologias assistivas e ampliar o Atendimento Educacional Especializado na rede regular de ensino, para garantir o acesso ao processo de aprendizagem contínuo para a população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotações; fortalecer as parcerias com as entidades filantrópicas para que realizem o atendimento especializado aos estudantes público alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; organizar a educação bilíngue para estudantes surdos no ensino regular e ofertar cursos de LIBRAS para os profissionais da educação, além da preparação de toda comunidade educacional para inclusão destes estudantes; adequar os prédios no que tange à acessibilidade, ampliar o número de escolas acessíveis, com Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão, prover as unidades de ensino de materiais escolares e pedagógicos apropriados, inclusive softwares de qualidade direcionados para deficientes visuais e realizar formação em serviço a todos os envolvidos no atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação; garantir transporte escolar acessível aos estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista para o turno e contraturno; articular efetivamente a escola à Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência para o atendimento integral dos estudantes; e fortalecer as ações intersetoriais com as Secretarias da Saúde e da Assistência e Desenvolvimento Social, objetivando atender toda a população de pessoas com deficiência.

☀ **Melhorar as condições de ensinar e aprender.** As escolas são espaços que preparam e motivam para o mundo do conhecimento. Devem expressar o horizonte de criatividade e curiosidade que norteiam o desenvolvimento daqueles que ali frequentam e passam horas num processo de descobrimento e construção de seu futuro. Espaços amplos e bem cuidados e uma estrutura física e material condizente com os desafios pedagógicos e motivadores do século 21 são elementos que garantem uma boa convivência e um bom aprendizado. Nestes termos, propomos elaborar um plano de expansão da rede física de escolas, por meio da construção de novas unidades e readequação das existentes, para o efetivo atendimento integral dos estudantes; implantar um programa de reforma, recuperação e embelezamento das escolas, visando garantir condições dignas de trabalho para estudantes e docentes, inclusive com construção de laboratórios e espaços de fomento à leitura, salas para professores e acessibilidade; equipar as escolas com materiais e acervos atualizados, laboratórios de ciências e infraestrutura (banda larga e materiais), tecnologias de informação e comunicação e conteúdos digitais; investir na produção de recursos de tecnologia assistiva, para que a escola desenvolva produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas que promovam participação, autonomia e inclusão de estudantes com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida no processo de aprendizagem e na escola; oferecer alimentação de qualidade, nos termos da política nacional de alimentação escolar; oferecer material escolar de qualidade, inclusive uniformes; e assegurar gradativamente o limite adequado de alunos nas turmas de educação infantil (20 alunos), anos iniciais do ensino fundamental (25 alunos) e anos finais do ensino fundamental (30 alunos);

☀ **Valorizar os trabalhadores da educação.** Não há como pensarmos em qualidade da educação sem pensarmos também na valorização de seus profissionais, do ponto de vista salarial, das condições de trabalho que lhes são oferecidas e da garantia de sua participação na formulação e execução das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das unidades escolares. Nesta perspectiva, propomos manter e ampliar as conquistas da carreira do Quadro do Pessoal da Educação, promover a revisão do plano de carreira, com possibilidade de crescimento salarial, que incorpore as perspectivas de valorização horizontal e vertical, criar condições para que os profissionais escolham sua jornada, adequando suas necessidades às das atividades que exercem, valorizar o processo de formação, com incentivos para a participação em cursos e congressos e criação de mecanismos para que todos os profissionais tenham acesso à formação continuada, estabelecer uma política de gestão

de pessoas com maior assistência e acompanhamento e melhores condições materiais e psíquicas de trabalho, de forma a reduzir o número de faltas no local do trabalho o índice de adoecimento, além de instituir uma equipe multiprofissional para atender os profissionais afastados em decorrência de suas atividades laborais e Criar o programa Saúde do Professor, visando diagnosticar e combater doenças incidentes sobre os professores, tais como doenças psicológicas, LER, calos nas cordas vocais, visão, audição, coordenação motora, nutrição, odontológicos e outros.

☀ **Combater o analfabetismo e alfabetizar na idade certa.** Nestes termos, propomos oferecer atendimento para recém-nascidos (0 a 1 ano), ampliar o atendimento à primeira infância (1 a 3 anos) via administração direta, acabar com o deficit de vagas no Ensino Fundamental, suprir a carência de profissionais nas escolas e reduzir a média de alunos por turma, implantar uma política educacional de enfrentamento ao analfabetismo, com a ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a integração da EJA à educação profissional e tecnológica e a revisão do currículo da EJA na perspectiva do trabalho e da cultura, oferecendo atividades culturais, esportivas e de lazer para os alunos; realizar, anualmente, avaliações específicas que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos; apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos; implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, favorecendo a efetiva inclusão social e produtiva dessa população; fomentar a integração da EJA com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos; ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio de acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

Comentado [LF1]: Veja a questão da superlotação....

2. Saúde

De acordo com a Constituição Brasileira, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Trata-se, portanto, de um bem público, consagrado em lei; um direito universal e um dever do Estado. A sua oferta indireta, por meio de Organizações Sociais (OSs), tem se mostrado um risco elevado de corrupção e de precarização do atendimento. O município de Cajamar tem uma rede que carece de investimentos em infraestrutura de saúde. Defendemos a saúde pública, gratuita, de qualidade e universal, de sorte que além do fortalecimento do SUS e da Atenção Básica como ordenadora do cuidado em saúde e da valorização dos profissionais da saúde, oportunizando treinamento/capacitação de forma continuada, propomos:

☀ **revisar os contratos com as OSs** e a implementação de um programa de transição para a administração da saúde diretamente pelo município;

☀ **implantar programa de prevenção à saúde**, com a criação de espaços nas unidades de saúde para palestras sobre prevenção de doenças e de planejamento familiar, trabalhar a saúde bucal nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas escolas, garantir a visita de um especialista em Oftalmologia pelo menos uma vez ao ano em todas as escolas da administração municipal, integrar Secretarias de Saúde, Cultura e Esporte, para a promoção de atividades preventivas com ludicidade, **implantar o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Infantil e o CAPS Álcool e Drogas** e executar o programa “Vacinação nas Escolas”, que contará com profissionais qualificados e integração entre as secretarias de Educação e Saúde;

Comentado [LF2]: Teríamos que melhorar: questão cardíaca, diabets, alimentação saudável etc....

☀ **investir em infraestrutura de saúde**, por meio da criação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de funcionamento 24 horas nos bairros do Ponunduva, Cajamar-Centro e conclusão da construção do Posto de Saúde do bairro São Benedito; aumentar o número de especialidades no Hospital Municipal e na UPA de Jordnésia; e implantar sistema informatizado, com a construção e implantação de protocolos de acesso em todas as linhas de cuidado, integrando as unidades de saúde, com o objetivo de regular o fluxo, diminuir filas, o tempo de espera, melhorar o atendimento ao

público e otimizar recursos, criar mecanismos para diminuir o tempo de espera para a realização de exames e consultas de especialidades e construir e implantar a relação municipal de medicamentos, com o objetivo de definir a oferta dos medicamentos básicos e os de uso contínuo na Farmácia Municipal.

3. Assistência Social

De acordo com o Artigo 203 da Constituição Federal, a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar e tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Sabemos que em função da crise econômica, política e social vivida pelo Brasil, agravada pela pandemia provocada pela Covid 19, aprofundou a questão social no Brasil, marcada pelo desemprego, pela pobreza e por toda sorte de violência e vilipêndio à vida humana. **Em Cajamar...** Nestes termos, defendemos uma política pública de enfrentamento aos efeitos da questão social no município, que tem como **metas**:

☀ **Cumprir e fazer cumprir as determinações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando não só executar as suas prerrogativas, mas também articular o engajamento de todas as secretarias e órgãos da prefeitura com o objetivo de enfrentar a gravidade da questão social no município, inclusive com o estímulo e o fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social e com a adoção de ações complementares de benefícios sociais.

☀ **Implantar programa de formação continuada em direitos humanos**, com o objetivo de promover, junto aos servidores públicos municipais e a população em geral, mudanças socioculturais acerca da equidade, do exercício da cidadania e dos direitos humanos como direitos inerentes a todos os seres humanos, sem distinção de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa, resguardadas as suas diferenças no campo do respeito à diversidade social. Esta ação contempla o enfrentamento e a prevenção da violência, em suas múltiplas formas de expressão, contra crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros e população **LGBTQIAP+**, uma postura mais humanizada, técnica e inclusiva em cumprimento à legislação em relação às pessoas com deficiência e a cultura para a paz.

☀ **Implantar programa de valorização, promoção e fortalecimento da diversidade étnico-racial**. Propomos criar a conferência municipal de promoção à igualdade étnico-racial, como um espaço para participação social e de construção de políticas para o município, implantar cotas para pessoas que se autodeclararem afrodescendentes nos concursos públicos municipais, combater o racismo institucional e coibir a violência de agentes do Estado contra pessoas negras.

☀ **Desenvolver ações para mulheres**. Propomos implantar o centro de referência e atenção da mulher em situação de violência, que garanta o acompanhamento jurídico e psicológico às mulheres vítimas de violência de qualquer natureza; estudar junto ao governo do estado a implantação de uma delegacia da mulher que funcione 24 horas no município; especializar equipes da Guarda Civil Municipal para aplicação da Lei Maria da Penha; criação de campanha para formação de autodefesa da mulher em parceria com a secretaria de esportes; e idealizar e executar programas específicos para as mulheres, como a educação não sexista, campanhas culturais de combate a cultura da violência e ações destinadas à saúde da mulher, com especificidades para a mulher negra.

☀ **Desenvolver ações para a comunidade LGBTQIAP+ .** Propor junto à câmara municipal que assegure os direitos da população LGBTQIAP+ e que sancione administrativamente as discriminações e os frequentes discursos de ódio motivados por orientação sexual e por identidade de gênero; capacitar a Guarda Civil Municipal e os agentes públicos, com a sensibilização sobre a

Comentado [LF3]: Qual é o diagnóstico?

temática LGBTQIAP+, para que atuem de forma eficiente e não tolerando nenhum tipo de discriminação; garantir a igualdade dos direitos previdenciários para os casais homoafetivos, contribuintes da previdência municipal; desenvolver a formação continuada de agentes públicos que operacionalizam as políticas de trabalho, em especial os que realizam oficinas de orientação ao trabalho em relação a direitos LGBTQIAP+ e assédio moral em espaços de trabalho; divulgar e defender a causa LGBTQIAP+ por meios sociais oficiais da cidade, dando visibilidade por meio de post informativos sobre a causa, o que ela busca e quem é essa população; incentivar a população LGBTQIAP+ a doar sangue, realizar exames de IST e usar preservativos; desenvolver campanhas de incentivo para que as empresas contratatem a população LGBTQIAP+; e promover palestras, encontros de LGBTQIAP+ e atividades culturais sobre diversidade, igualdade de gênero e orientação sexual.

☀ **Desenvolver ações para a infância e a juventude.** Promover esforços junto ao Governo Federal para fortalecer o programa de enfrentamento a situação de trabalho infantil (PETI), identificando regiões com elevada vulnerabilidade social, falta de serviços públicos e necessidade de maiores investimentos; implementar programas e políticas educacionais, culturais e sociais para a juventude que vive em áreas de vulnerabilidade social; criar programas de prevenção e combate ao uso de drogas, buscando promover qualidade de vida e a redução de danos; criar ações de cultura, esporte e lazer para as regiões periféricas visando melhores oportunidades de acesso; integrar políticas públicas de proteção aos direitos da criança e adolescente de forma multidisciplinar/intersetorial; fortalecer práticas restaurativas e de mediação de conflitos no espaço familiar e escolar, integrando CRAS, UBS, entidades não governamentais e sociedade; criar serviço público de atendimento de psicoterapia individual para crianças e adolescentes, preferencialmente vítimas de abuso psicológico, físico ou sexual; garantir o protagonismo de crianças e adolescente na discussão sobre políticas públicas e realização de conferências sobre o tema; garantir a existência de recurso financeiro diferenciado no pagamento de vagas nas instituições de acolhimento/famílias acolhedoras para crianças com deficiência e transtornos mentais que necessitem de cuidados especiais; abrir escolas municipais aos finais de semana com programação cultural e esportiva, com fim justificável; criar espaços públicos direcionados especificamente para a Juventude, além da garantia de sua participação em todas as instâncias públicas; elaborar Plano Municipal de Juventude com ampla participação da população interessada; assegurar os direitos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e prática de atos infracionais, através de atividades de esporte, lazer, cultura e ações educacionais, tendo sempre o crivo do Estatuto da Criança e do Adolescente e propor um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional através de um sistema socioeducativo e de colocação no mercado de trabalho.

☀ **Desenvolver ações para pessoas com necessidades especiais.** A garantia de inclusão e igualdade para todos os cidadãos é uma das nossas bandeiras. Por esse motivo, buscamos a implantação de ações para pessoas com necessidades especiais. Propomos criar fóruns de discussão para debater as políticas para as pessoas com necessidades especiais; fornecer Vans para transporte de Pessoas com Necessidades Especiais, nos percursos que envolvem atendimento à saúde, à educação e outros direitos do cidadão; formação continuada para todos os profissionais da rede pública, visando uma postura mais humanizada, técnica e inclusiva em cumprimento à legislação em relação às pessoas com deficiência. Para isso, por exemplo, garantiremos que todas as secretarias e órgãos públicos tenham ao menos um funcionário que se comunique em LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais); retorno de fundo direcionado a APAR (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e ao Sítio Agar; garantia de que toda política educacional oferecida nas escolas municipais fiquem à disposição da APAE de Cajamar; fortalecimento e implementação de projetos de qualificação profissional e permanência no mercado de trabalho para as pessoas com todos os tipos de deficiência, sem discriminação, promovendo as condições necessárias de adaptação para cada especificidade humana; garantia ao acesso das pessoas com deficiência nos espaços de cultura e esporte, com investimento em equipamentos e na formação de profissionais para inclusão total de jovens e adultos.

☀ **Desenvolver ações para pessoas idosas.** Visando a valorização e a inclusão social da pessoa

idosa, nosso governo incentivará e apoiará a organização desse segmento para a defesa dos seus interesses, incluindo o direito ao atendimento diferenciado nos serviços públicos. Para isso, buscaremos criar condições institucionais, políticas e materiais para fazer cumprir o Estatuto do Idoso em nossa cidade, articulando as ações das diferentes áreas do governo municipal no atendimento das necessidades desse segmento, sob a coordenação de um órgão gestor próprio; além de criar e fortalecer Centros de Lazer e Convivência para a terceira idade, com atividades físicas, recreativas e pedagógicas, bem como criar programas específicos de atenção à de saúde do idoso (psicologia, fisioterapia etc).

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO URBANO E DIREITO À CIDADE

4. Infraestrutura, Transporte e Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana está relacionada ao chamado direito à cidade, que é um direito coletivo, que vai além do transporte. O direito à cidade pressupõe garantir que todas as pessoas possam fazer as viagens para o trabalho, para a escola, para o lazer ou para qualquer outro fim, de forma rápida, barata e sustentável. Mas significa também o cuidado com os espaços públicos, a acessibilidade, o relacionamento com a natureza, o respeito com os pedestres, o dirigir com responsabilidade etc... é um campo aberto; amplo. Do ponto de vista do Sistema Viário, Cajamar está situada dentro de uma das maiores aglomerações urbanas do mundo, que é a Região Metropolitana de São Paulo. A cidade é cortada por duas das principais rodovias paulistas e brasileiras, a Anhanguera e a Bandeirantes, e uma terceira rodovia, a SP 354, que liga Cajamar a Atibaia. Além disso, Cajamar é uma cidade que se organizou a partir de três distritos, distantes uns dos outros. É como se fossem três cidades. Mas três cidades que não oferecem de forma equânime o que é demandado pelo cidadão. Esses distritos estão interligados pelo sistema viário? De um lado, pela Rodovia Anhanguera e de outro por vicinais. Além dos riscos, a Anhanguera trava com frequência por conta de acidentes ou enchentes. As rotas vicinais são precárias e estreitas. O sistema de transportes agrava a situação. Primeiro porque ele é 100% motorizado, já que não temos trem, metro ou ciclovias. Segundo porque prioriza o transporte individual (automóveis), já que o transporte coletivo é caro e de qualidade duvidosa. Para mudar este cenário, nosso governo terá como **metas**

☀ **desenvolver projetos de longo prazo para a reestruturação do Sistema Viário e do Sistema de Transportes**, priorizando o transporte coletivo e público, com qualidade, conforto e tarifa que caiba no bolso dos usuários, inclusive para a possibilidade de implantação da tarifa zero; buscar o diálogo com o governo estadual, com vistas a melhorar o atendimento dos ônibus da EMTU e efetivar a construção do corredor metropolitano BRT Alphaville-Cajamar, cujo projeto se arrasta desde 2013, fazendo a ligação de Cajamar com Santana de Paranaíba e Barueri e com a CPTM e, por conseguinte, com toda a malha ferroviária e metroviária da Grande São Paulo;

☀ desenvolver a mobilidade ativa, com ciclovias que se conectam através do município e melhoria e adaptação das calçadas às normas de acessibilidade; construir faixas de pedestres elevadas e melhorar os semáforos, visando a segurança da população;

☀ implantar o programa mobilidade urbana nas escolas, para estimular o cuidado com a cidade, o respeito com os pedestres e o dirigir com responsabilidade;

☀ criar o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana para elaboração e acompanhamento das políticas de transporte e mobilidade na cidade; elaborar, junto com a sociedade, o plano municipal de mobilidade urbana, estabelecendo diretrizes e ações que vão melhorar a vida na cidade;

☀ elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, estabelecendo diretrizes e ações que vão melhorar a vida na cidade;

☀ modernizar a frota de ônibus, com prioridade para ônibus com ar-condicionado, piso baixo, motor traseiro e acessibilidade, a ser atingido dentro de um período que leve em consideração a renovação

da frota municipal;

☀ rever o mapeamento de estacionamentos, revisar as licitações do sistema de transporte rodoviário e auditar a planilha de custos da concessionária de transporte coletivo;

☀ aplicar isenção para desempregados e manter o transporte universitário, que além de um direito permite que o município propicie melhores formações aos seus cidadãos;

☀ analisar a distância entre os pontos de ônibus, verificando a viabilidade da diminuição da distância entre eles e pavimentar pontos de ultrapassagem e paradas com estrutura de proteção e bem-estar dos usuários;

☀ revisar a frequência de ônibus aos sábados e domingos;

☀ implantar bilhete único, de forma que o usuário possa ir de uma ponta a outra na cidade pagando apenas uma passagem; e

☀ empreender esforços para a matriz do combustível ser mais ecológico.

5. Habitação e Urbanismo

A garantia de um espaço urbano utilizado de maneira eficiente e democrática é nosso compromisso. Por esse motivo implementaremos projetos inteligentes de planejamento urbano e habitação. Nesta perspectiva, além de realizar pesquisas com profissionais qualificados para a implementação do programa de IPTU progressivo, propomos

☀ desenvolver projetos específicos para readequação e instalação de polos de desenvolvimento, que contemplem as especificidades e demandas de cada bairro; buscar a regularização fundiária e segurança da posse;

☀ implementar projeto de longo prazo para extinção de favelas no município, através de parcerias para construção de prédios e moradias populares; retomar as ações de mutirões e incentivo ao cooperativismo habitacional;

☀ reordenar o uso do solo e o urbanismo baseado na capacidade de suporte e planejamento territorial local, em consonância com os Planos de Bacias e demais planos que devam e possam interagir; e

☀ fortalecer a capacidade de gestão do município para os serviços de limpeza pública, com o cumprimento dos investimentos e das metas contratuais da concessão dos serviços de limpeza, de forma cumprir a política nacional de resíduos sólidos aplicada de forma plena.

6. Cultura

A cultura se manifesta de diferentes modos: na arte, na culinária, nos costumes e no conhecimento. Ela pode ser erudita, popular ou de massa, quando a indústria cultural faz da cultura um negócio, produzindo e vendendo elementos culturais como se fossem objetos que as pessoas desejam comprar. Ela pode ser material (igrejas, museus, bibliotecas, pinturas etc) ou imaterial (as lendas folclóricas, as feiras populares, os rituais, as danças, a culinária, etc). A Constituição Brasileira estabelece, em seu Artigo 215, que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Além de ser um direito do cidadão, a cultura exerce grande impacto econômico: segundo estudo da FGV, cada real investido em cultura no Brasil, o impacto econômico é de 2,8 reais. Nesta perspectiva, nosso programa de governo tem como metas:

☀ apoiar todas as iniciativas culturais da juventude, manifestações culturais tradicionais e populares, saraus populares etc;

☼ implantar um calendário municipal anual de eventos, envolvendo cultura e arte, inclusive em escolas e demais espaços públicos, buscando valorizar os artistas locais, fornecer toda infraestrutura solicitada para oficinas, eventos, tais como encontros literários, cursos de teatro, oficinas de cultura e eventos afins; e

☼ estudar a possibilidade da criação do fundo municipal de cultura, inclusive uma lei de incentivo, para efetivação da política cultural em Cajamar, sendo recursos que deverão atender, exclusivamente, ao fomento das ações da sociedade, sendo ainda, os gastos correntes provenientes dessa secretaria com os recursos previamente destinados.

7. Esporte e lazer

O esporte é um fenômeno social e político, representação das manifestações de ludicidade e criatividade de um povo, já que sensibiliza e integra as pessoas a distintos grupos da sociedade. Aliado à educação, pode permitir o salto perfeito para a formação de pessoas com alteridade, disciplinadas, solidárias, responsáveis e conscientes de seus deveres; para a formação de um ser humano saudável, completo e feliz. A Constituição brasileira estabelece em seu Artigo 217, que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. De acordo com estudos, o esporte é um instrumento que possibilita a mobilidade social e a consequente melhora da qualidade de vida. Mais que uma carreira profissional como atleta, a prática do esporte pode despertar o interesse e a aptidão de muitos para outras carreiras vinculadas ao esporte, ajudar o resgate da auto-estima, o respeito aos limites e às regras estabelecidas, a possibilidade de desenvolver capacidades cognitivas, afetivas e cívicas e o convívio com os outros, numa perspectiva construtiva e de respeito às diferenças. Nesta perspectiva, nosso programa de governo tem como metas:

☼ implementar o Projeto Cajamar Esporte e Cidadania, que funcionará como mediação necessária para a materialização do direito social ao esporte e efetivação da cidadania, desenvolvendo atividades de integração social, com vistas à construção e internalização de valores fundamentais para a formação cidadã e para o desenvolvimento de aptidões para a vida social. Para tanto, serão disponibilizadas aos jovens e adolescentes possibilidades de participarem de atividades lúdicas, vídeos, oficinas e visitas técnicas com caráter sócio-esportivas. No intuito de contribuir com a formação complementar, o projeto promoverá também atividades como festas, festivais e campeonatos internos, com a participação da comunidade;

☼ criar o Conselho Municipal de Esporte, para a deliberação de políticas públicas relacionadas ao esporte de forma estruturada e autônoma;

☼ instituir um Plano Municipal de Esporte em conjunto com a sociedade;

☼ realizar um levantamento dos equipamentos esportivos e quadras esportivas existentes na cidade para desenvolver, junto com o Conselho Municipal de Esporte, políticas de recuperação e manutenção da rede existente, inclusive das quadras poliesportivas nas escolas da rede municipal de educação, bem como de construção de novos equipamentos e quadras em regiões que ainda não foram beneficiadas;

☼ empreender ações para ampliar e melhorar os espaços públicos de lazer e esporte pautados pela intensificação do controle social dos parques e áreas verdes; e

☼ empreender ações, em parceria com as ligas comunitárias, para melhor aproveitamento das escolas nos finais de semana;

☼ promover e estimular a prática das diferentes modalidades de esportes; e

☼ integrar Secretarias de Saúde, Cultura e Esporte, para a promoção de atividades preventivas com ludicidade.

EIXO 3 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL

8. Desenvolvimento Econômico Solidário

Cajamar é uma cidade com grande potencial de desenvolvimento, vocacionada para os setores industrial e de serviços, mas pautada por um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, marcado por desequilíbrios e desigualdades. Nestes termos, para esta área temática propomos apoiar e fomentar o empreendedorismo, a economia solidária e o desenvolvimento Científico e Tecnológico, para gerar oportunidades que dinamizem a economia local e gerem desenvolvimento com inclusão social e qualidade de vida, buscando a execução de ações que visem a redução maciça da desigualdade municipal propiciando igualdade de oportunidades para todos. Nesta perspectiva, em nossa gestão, o Governo Municipal criará todas as condições para garantir um ambiente propício às atividades empreendedoras e relacionadas à economia solidária e ao setor de ciência e tecnologia, tendo na sustentabilidade a condição para garantir o direito à cidadania e superar os desequilíbrios e as desigualdades. Além da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e do Fórum Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, com ampla participação empresarial e social, para planejar o desenvolvimento econômico e social no médio e longo prazo, nosso governo terá como metas;

☀ **Implantar o Programa Cajamar Empreendedora**, que visa promover o empreendedorismo, fomentar a formação e apoiar a legalização, estimular a capacitação e a competitividade e apoiar a qualificação e o aperfeiçoamento para que os Microempreendedores Individuais e as Micro e Pequenas Empresas tenham sustentabilidade social, econômica e ambiental. Entre outras ações, o Programa Cajamar Empreendedora buscará implantar o **Espaço do Empreendedorismo**, que visa integrar os órgãos envolvidos no processo de registro e legalização de empresas e negócios, com vistas a simplificar o processo de abertura e licenciamento de Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas, facilitar o acesso à informação, à qualificação e aos serviços voltados ao desenvolvimento dos empreendimentos; ampliar a participação dos Microempreendedores Individuais e das Micro e Pequenas Empresas nas compras de mercadorias e serviços realizadas pela prefeitura, buscando o fortalecimento da economia local e a criação de um ciclo virtuoso de geração de emprego e renda; e desenvolver ações de incentivos fiscais para Microempreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas da cidade;

☀ **Implantar o Programa de Economia Social-Solidária**, que objetiva fomentar, apoiar e fortalecer um novo modo de organizar a produção, a comercialização, as finanças e o consumo, além de promover a educação para a economia solidária e o consumo consciente. Além de identificar, sensibilizar, mobilizar e apoiar a organização de empreendimentos econômicos solidários de Cajamar, o programa desenvolverá ações destinadas à qualificação e formação profissional dos trabalhadores e das trabalhadoras que atuam com os empreendimentos solidários, assessorará a elaboração de planos de negócios e projetos de custeio e investimentos, a gestão e o planejamento dos empreendimentos e disponibilizará espaços físicos e infraestrutura para atividades de comercialização, formação e articulação local da economia solidária. Este Programa terá como meta também promover o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio do aumento das feiras noturnas, do fortalecimento das feiras livres e da suplementação nutricional da demanda por merenda nas escolas do município através, principalmente, dos produtores locais;

☀ **Implantar o Programa Finanças Solidária**, que busca estimular e apoiar a constituição do Banco Comunitário para prestação de serviços financeiros comunitários na perspectiva da economia solidária, com o objetivo de promover a geração de trabalho e renda das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e

☀ **Implementar o Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação**, que se orientará pela busca de parcerias e convênios com segmentos que trabalham com inovação tecnológica e economia criativa (universidades, empresas, incubadoras, órgãos governamentais, federações comerciais e industriais e empreendedores, entre outros), capaz de promover programas e ações que gerem inovações

Comentado [LF4]: Aqui também marquei em amarelo porque não sei se já existem ou não...

tecnológicas estratégicas para a sociedade em geral e para o setor produtivo, de modo a contribuir para a geração de empregos qualificados e ganhos sociais para a cidade. Além de formulação de ações inovadoras na área ciência e tecnologia, o Programa terá como objetivo difundir na sociedade a percepção de que ciência, tecnologia e inovação são áreas fundamentais e estratégicas para o nosso desenvolvimento, ampliar parcerias com a Fundação Paula Souza para a oferta de novos Cursos Técnicos e implantação de Cursos Tecnológicos e com o Sistema S para a oferta de cursos profissionalizantes, buscar a implantação de unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFE-SP); e desenvolver ações de incentivo para estágio e primeiro emprego para os jovens.

9. Meio Ambiente e Sustentabilidade

O aquecimento global é um fato de proporções gigantescas, cujas consequências estão sendo sentidas em todas as partes do planeta. Trata-se um fenômeno causado por forças da natureza, mas especialmente pela ação humana. Se no campo, o desmatamento, as queimadas e a expansão da agropecuária são fatores preponderantes do Aquecimento Global, no espaço urbano competem o uso excessivo de recursos naturais e combustíveis fósseis, a ocupação desordenada do solo, o consumismo, o desperdício e o descarte inadequado do lixo. Como é no território que o fenômeno se manifesta e se potencializa, cabe à localidade colaborar com o enfrentamento dessa problemática que tem feito o planeta arder e as catástrofes se avizinharem. Nestes termos, nossa candidatura propõe implantar uma Política de Meio Ambiente e Sustentabilidade, que consistirá nas seguintes ações:

☀ **Implementar Programa Prefeitura Sustentável**, que visa desenvolver ações de sustentabilidade em todos os órgãos e equipamentos do poder público municipal, capacitando servidores e desenvolvendo ações de coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos, estabelecendo metas crescentes de redução de gastos com energia elétrica, criação de sistemas para captação, armazenamento, tratamento e utilização DE água das chuvas (Convênio com a Sabesp), com vistas a aumento da segurança hídrica; instituir sistema de contrapartidas ambientais para as compras e contratos municipais e de informações geográficas das áreas verdes públicas da cidade, contendo informações mínimas como a descrição completa da área, situação atualizada entre outros; atualizar o mapeamento da cobertura vegetal da cidade; rever os mecanismos de autorização para manejo e supressão de vegetação, instituindo novas formas de valoração e compensação, diferenciadas para cada região da cidade; desenvolver ações para elaboração do Plano de Sustentabilidade Ambiental Municipal, com metas e indicadores; realizar Conferência Municipal do Meio Ambiente e incrementar mecanismos de controle social sobre a política ambiental da cidade; estimular e apoiar processos de formação de educadores ambientais; e contribuir com a organização de voluntários, profissionais e instituições que atuam em programas de intervenção, ensino e pesquisa em educação ambiental;

☀ **Implementar Programa de Resíduos Sólidos**, que visa desenvolver ações para elaboração e implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), baseado na nova Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que entre outras iniciativas buscará implantar o plano de coleta seletiva no município e desenvolverá ações de incentivo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos; incentivo à criação de Centrais de Recuperação e Beneficiamento de Resíduos Sólidos; valorização de resíduos de poda; manejo e gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD); incentivo à utilização de agregados e artefatos produzidos com materiais oriundos do RCD (em especial nas obras públicas); reestruturação e ampliação (OU CRIAÇÃO) de rede de Ecopontos bem como sua redefinição com revisão das metas e remodelação de suas funções; manejo de resíduos eletroeletrônicos e grandes objetos inservíveis; instituir leis municipais para coibir o aumento da geração de resíduos, incentivando a reutilização de materiais com o estabelecimento de metas setoriais; e desenvolver a cidadania e consciência ambiental da população, por meio da difusão de conceitos e práticas relacionados à Educação Ambiental;

☀ **Implementar Sistema de Gestão e Gerenciamento de Riscos Ambientais**, com foco especial nas enchentes, inundações e nos deslizamentos, com ampla participação das comunidades e que contemple programas para remoção, socorro e assistência social às vítimas; criar programas

preventivos de melhoria, manutenção e desobstrução dos sistemas de micro e macrodrenagem, com a permanente limpeza de galerias e bueiros; adotar medidas estruturais de médio e longo prazo, reordenando a ocupação das várzeas e fundos de vale, favorecendo a retenção do escoamento superficial e aumento da permeabilidade; criar um programa de remoção progressiva de moradores de áreas de risco e recomposição com vegetação nativa das áreas degradadas, em conformidade com a política habitacional que prevê oferta de moradias para alocar a população removida; criar o Programa Municipal de Informação e Monitoramento de áreas de risco; e criar o sistema de prevenção e contingência ao risco e eventos de desequilíbrio ambientais e reestruturar a Defesa Civil dentro dos parâmetros da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal 12.608/2012);

☀ **Implantar Programa de Saneamento Básico**, com vistas a desenvolver esforços para a adequada aplicação da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07); propor estudos para a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e do contrato/convênio de Prestação de Serviço da SABESP, com a redefinição de metas e plano de investimentos, na perspectiva de que toda a população da cidade tenha acesso pleno ao abastecimento de água em quantidade e qualidade adequadas, bem como a coleta e ao tratamento de esgoto produzido, no menor tempo possível; atuar em parceria com o estado e união visando oferecer saneamento ambiental (água tratada e coleta e tratamento de esgotos) para todos os municípios, com a regularização e implantação de métodos alternativos e ecológicos de saneamento; universalização do saneamento: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e limpeza urbana; fortalecer todos os instrumentos que tenham como objetivo proteger as nascentes e os mananciais produtores de água para a cidade; criar mecanismos para, em conjunto com o Ministério Público e Sabesp, garantir que toda a população da cidade que habita áreas ocupadas em processo de regularização tenha acesso aos serviços de saneamento; promover a integração das políticas de drenagem e de resíduos sólidos com as de abastecimento de água e esgotamento sanitário; desenvolver campanhas pelo uso racional da água e exigir da Sabesp a intensificação das ações com vistas à redução das perdas de água no sistema; garantir a participação da administração de forma efetiva no Comitê de Bacias do Alto Tietê de forma a fortalecer esse importante instrumento de gestão dos recursos hídricos; e incentivar o desenvolvimento de alternativas técnicas capazes de promover um maior alcance socioambiental;

☀ **Implantar Programa Cjamar Verda**, com a criação e consolidação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs); preservação, proteção, recuperação de matas ciliares, nascentes e corpos d'água da cidade por meio do estímulo e implantação de projetos de agroflorestas, permacultura e de turismo agroecológico; e

☀ **Implantar Programa Bem-Estar Animal**, com vista a estudar e identificar animais da região, preservando a fauna e o seu habitat, manter à disposição das ONGs os aparelhos públicos para que desenvolvam e ampliem sua atuação, desenvolver junto às escolas municipais uma educação contra abandono e maus tratos de animais e criar campanhas de castração e vacinação de animais domésticos.

EIXO 4 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

10. Transparência, Eficiência e Inovação

A conduta ética na administração pública deve ser um princípio básico. Ela não pode funcionar como um balcão de negócios, pautados por interesses de determinados grupos, muito menos como um cabide de empregos de apadrinhados. A prefeitura precisa oferecer um serviço ético, transparente, eficiente e inovador, o que é prejudicado mediante a ausência de um núcleo dirigente que pense e busque experiências exitosas de melhoria, simplificação, celeridade e eficiência no atendimento e na oferta dos serviços públicos, da excessiva centralização das decisões e da falta de um ambiente socialmente ético e de um sistema eficiente de divulgação de dados e informações. Nesta perspectiva, para melhorar a oferta de serviços públicos é primordial ter uma

Comentado [LF5]: Aqui fiquei na dúvida se a nossa já não foi reestruturada... Se não rivermos certeza, talvez fosse o caso de excluir.

agenda focada no planejamento e na modernização da gestão governamental e das políticas públicas, de modo que o nosso programa de governo, além de garantir um ambiente ético, que impeça a discriminação, o preconceito e outras formas de opressão e exploração do ser humano, assim como qualquer violação de seus direitos, tem como metas:

☀ **Implantar o Programa de Modernização da Gestão Pública**, que visa fomentar a formação de quadros especializados capazes de elaborar, monitorar e avaliar propostas para a gestão governamental e das políticas públicas, de modo a permitir a ampliação da capacidade de intervenção da prefeitura nos problemas da cidade e a diminuição dos cargos comissionados na administração pública, o que será feito por meio da capacitação e da ampliação das habilidades do funcionalismo e dos quadros de técnicos interdisciplinares, do fortalecimento das estruturas de planejamento da cidade, do incremento de tecnologias na gestão, do estímulo e uso de práticas inovadoras e do fomento à uma cultura de inovação no setor público. Este Programa terá também como missão a criação de um **Laboratório de Inovação Pública**, com objetivo de estudar e buscar soluções para problemas da cidade, informatizar as unidades, os processos e os serviços da prefeitura, assegurando comunicação e interação mais eficientes entre os diferentes órgãos e setores do município e destes com outros entes e com a sociedade, além da integração e consolidação das diversas bases de dados do município e de oferecer parâmetros viáveis para a avaliação de desempenho da gestão e de seus diversos serviços;

☀ **Implantar o Programa de Descentralização da Gestão e Desconcentração dos Serviços**, por meio da adoção de Praças de Serviços nas regiões administrativas da cidade, espaços estes que visam oferecer atenção integrada ao cidadão, desburocratizando e desconcentrando o atendimento ao público, facilitando o acesso das pessoas aos bens e serviços municipais ao mesmo tempo em que permitirão a absorção pela prefeitura das reais demandas da população; e

☀ **Reformular o Portal da Transparência do Município**, com a adoção de medidas necessárias ao cumprimento integral da Lei de Acesso à Informação, entre as quais, a criação de um Portal de Dados Abertos e de um Sistema de Informações Relevantes, de modo a garantir o acesso e o acompanhamento da gestão financeira da prefeitura por parte da população, explicitando de forma didática as movimentações feitas pelo executivo, inclusive a publicidade dos atos públicos, com a divulgação de prestação de contas, licitações, gastos com realização de serviços, aquisição de equipamentos e realização de obras, entre outros, além de manter atualizado um banco de dados contendo indicadores sociais e econômicos, necessários à manutenção de um adequado Anuário Estatístico Municipal e à atividade de avaliação e monitoramento da gestão pública nos seus diversos setores de atuação, por meio da implantação de uma Política Municipal de Avaliação Institucional e de Monitoramento das Ações do Poder Público.

11 Participação Popular e Controle Social

A participação social nunca esteve no centro da gestão de Cajamar. No sentido contrário, utilizaremos o método participativo como um dos pilares de nossa administração, já que entendemos que o poder público deve ser o principal indutor do direito humano à participação. Dessa forma, nossa gestão adotará novos mecanismos participativos ou, quando for o caso, fortalecerá os existentes. Nestes termos, nossas metas são:

☀ **Implementar o Programa Participativo de Metas e Gestão**, elaborado fora dos muros das secretarias e órgãos municipais, como instrumento do pacto firmado de forma colaborativa entre sociedade e governo, como subsídios para a elaboração do Plano Plurianual do Município, o que possibilitará um melhor monitoramento da gestão e, principalmente, uma avaliação mais completa das políticas implementadas ao longo dos anos. Na esteira deste processo, reuniremos esforços para a **Implantação do Orçamento Participativo**, com o objetivo de mobilizar a população para o debate sobre os rumos da cidade, bem como para escolha das formas de aplicação do orçamento municipal, contemplando a realização de amplas e periódicas plenárias regionais e de bairro e encontros temáticos e conferências, inclusive virtuais, que culminarão com a criação e estruturação do Conselho Municipal do OP; e

☀ **Incentivar a participação na gestão da cidade**. Para garantir o aprofundamento da participação

social e o compartilhamento da gestão em nossa cidade, serão necessários a institucionalização, o **fortalecimento e a reestruturação das instâncias de participação e controle social** de interação entre o poder público e a sociedade, tais como comitês gestores, fóruns, conferências, conselhos e demais instrumentos necessários à organização e à participação da sociedade. Além de fortalecer os colegiados como esferas de controle social, garantindo a prestação de contas das ações de governo, compartilhando dados setoriais relevantes e capacitando seus membros para o acompanhamento da execução de políticas públicas e atos do governo, ampliaremos a capacidade de intervenção da Controladoria Geral do Município no combate à corrupção e na promoção da transparência pública, a partir da valorização das carreiras internas e pela ampliação da estrutura do órgão, e promoveremos uma maior presença da Ouvidoria Geral do Município nas nas regiões administrativas da cidade, garantindo, assim, seu papel de instância aberta às demandas da população. Como participação se aprende coletivamente, propomos também um sistema de formação e capacitação para exercício da cidadania, dirigida aos membros dos conselhos e aos cidadãos.

12. Valorização do Funcionalismo Público Municipal

Os servidores públicos efetivos são os principais responsáveis pela execução das ações de um governo. Independentemente da alternância de poder, permanecem produzindo e colaborando com o bom andamento das ações governamentais. A capacitação e valorização do funcionalismo público devem ser encaradas, porquanto, como investimentos. Baseados nessas diretrizes, além de priorizar a contratação de funcionários efetivos por meio de concursos públicos, em nosso governo implementaremos uma **Política de Gestão Integrada de Pessoas**, por meio da institucionalização de um **Plano de Desenvolvimento de Competência e Capacitação** dos servidores municipais, elaborado e executado com a participação das representações das categorias, visando o desenvolvimento profissional do funcionalismo público municipal, da implantação do **Portal do Servidor**, garantindo a disponibilidade de todas as informações e procedimentos eletrônicos referentes ao servidor público municipal, e da criação de um **Sistema de Negociação Permanente**, que terá como prioridade a discussão das demandas do funcionalismo público municipal. Defendemos ainda a elaboração de estudos, que apresente um **diagnóstico** transparente, objetivo, técnico e imparcial sobre o funcionalismo da prefeitura, indicando onde há a necessidade de reposição dos quadros funcionais e que fundamente o planejamento e a implementação de planos de carreira para todas as áreas que não contam com essa garantia básica. Propomos ainda a simplificação dos processos administrativos de modo a possibilitar o efetivo controle e participação social dos servidores e dirigentes entre si, o desenvolvimento de ações para o efetivo combate ao assédio moral e sexual praticado contra os servidores por detentores de cargos de comando e a promoção, junto ao Tribunal de Contas do Estado, de uma auditoria do setor previdenciário municipal.